

ATA N.º 05/2022

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de setembro de 2022.-----

----- Aos 30 dias do mês de setembro de 2022, pelas 14,15 horas, no Auditório do Biocant Park, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Visita às instalações do Biocant Park;-----
- 2 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2023, relativa ao exercício de 2022;-
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar no ano de 2023 e relativa ao exercício de 2022;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de 2023 e relativa ao exercício de 2022;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);-
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de valas e linhas de água da Freguesia;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção do Estaleiro, 1.ª fase;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do cemitério;-----

- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de um trator agrícola;-----
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival Pica no Chão;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção do mercado das Sete Fontes;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXII Edição da Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede;-----
- 15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aquisição de um trator agrícola;-----
- 16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º semestre de 2022;-----
- 17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de doação às Freguesias de 10 agulhetas Víper Mod. SG-540 c/storz D25 / Kit de 1.ª intervenção de combate a incêndios rurais;-----
- 18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2022 / Licença de espetáculos com música ao vivo e licença especial de ruído;-----
- 19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia

- de Febres / 7.ª edição da Mostra Gastronómica "Pica no Chão" / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído;-----
- 20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's e licença especial de ruído;-----
- 21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / XIV Mostra Gastronómica e Cultural da Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído e licença de evento desportivo;-----
- 22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos com animação musical com música gravada e Ranchos Folclóricos e, licença especial de ruído;-----
- 23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Emissão de certidões de dispensa de autorização de utilização – Bairro Nascente na Póvoa da Lomba;-----
- 24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Tocha / Emissão de certidão de destaque;-----
- 25 - Reporte da execução financeira dos Contratos-Programa celebrados com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, relativos ao ano de 2021;-----
- 26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de adendas aos Acordos de Delegação de Competências com os Agrupamentos de Escolas Gândara Mar, Lima de Faria e Marquês de Marialva;-----
- 27 – Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta

pública para a "Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, na Cidade de Cantanhede";-----

28 - Proposta de opção de compra / Contrato de Locação Financeiro Imobiliária / Parque Desportivo de Cantanhede / Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----

29 - Relatório do auditor Externo sobre a informação Económica e Financeira do 1.º semestre de 2022 / Para conhecimento;-----

30 - Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Primeiro Secretário da Mesa, Sr. José Maria Maia Gomes, por motivos de isolamento profilático (Covid-19). Substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, José Carlos Póvoa dos Santos pela sua Secretária Sr.ª Matilde Craveiro Marques Inês. Informou ainda que pediu novamente suspensão de mandato por 90 dias o Sr. Daniel Regra Dias, sendo substituído pelo Sr. Silvério Soares Ramos.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, Sr. José Maria Maia Gomes, convidou o Membro da Assembleia Municipal Sr. João André Anjo Jesus para o substituir naquele lugar, o qual aceitou.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2022, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de março de 2022.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 02/2022, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de março

de 2022 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 03/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2022.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 03/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2022 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 04/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de junho 2022 a 30 de setembro de 2022, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Como forma de agilizar os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura convidou todos os presentes a visitarem as instalações do Biocant Park, acompanhados pela administradora da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, Joana Branco, dando assim o início ao **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos «**Visita às instalações do Biocant Park**». Após aquela visita, a administradora da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, Joana Branco, com o auxílio de uma apresentação em PowerPoint, fez uma breve apresentação da evolução do Parque, desde a inauguração do primeiro edifício, em setembro de 2005, até aos dias de hoje.-----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura questionou se algum dos

6

Membros pretendia intervir sobre a visita efetuada e a apresentação feita, tendo solicitado a palavra o Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu ter verificado que as instalações são relevantes e têm todas as condições para que se autossustentem, sem que a Câmara tenha que injetar capital;-----

----- Solicitou ainda a palavra o Sr. Carlos Fernandes, agradecendo a quem organizou a visita e afirmando ter ficado muito satisfeito por ter tido a oportunidade de percorrer aqueles espaços, de ouvir a intervenção, e ter ficado a perceber, minimamente, o quanto e como e se trabalha naquele espaço que representa um enorme investimento, mas também uma mais valia para o Concelho.-----

----- A Sr.ª Amélia Castilho, interveio agradecendo a oportunidade de ter feito aquela visita e congratulando-se pelo desenvolvimento que o Parque tem tido. Questionou, de seguida sobre o número de empresas existentes e sobre as áreas nas quais trabalham.-----

----- O Sr. Abel Carapêto, após cumprimentar todos os presentes, considerou que a apresentação feita foi muito clara e muito proveitosa para todos e em particular para os que não conheciam as instalações e questionou sobre as expectativas de crescimento para o futuro.-----

----- Interveio ainda o Sr. Rogério Marques, questionando sobre o preço e os planos de pagamento da Crioestaminal;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª administradora da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, Joana Branco, a qual respondeu às questões colocadas, da seguinte forma: - Relativamente às empresas, recordou que, num primeiro momento, a maioria das empresas vinham da região de Coimbra e eram centralizadas na área da saúde, pela especialização que a própria Universidade de Coimbra tem na área da saúde, mas, ao longo dos anos

essa especialização foi-se diluindo, existindo atualmente empresas que trabalham no setor da biotecnologia industrial, agroalimentar e mar, sendo a temática comum a biotecnologia. Esclareceu que a biotecnologia pretende melhorar processos e serviços com recurso a microrganismos, dando como exemplo que um detergente para remoção de nódoas, tem uma componente de biotecnologia para otimizar o processo, o que acontece também com os medicamentos, com a alimentação transgénica ou a alimentação melhorada, o que se reflete na tipologia das empresas existentes no Parque. Apesar da maioria continuar a ser na área da saúde, informou ainda que também começam a surgir empresas com recurso às tecnologias digitais e outras na área da transição sustentável e na área ambiental, sendo que uma das características diferenciadoras de todas elas é apostar em projetos de investigação na criação de algo novo; - Relativamente às perspetivas para o futuro, referiu ter a ambição que o Parque continue a crescer em termos de número de empresas, de infraestruturas e de reconhecimento, para conseguir posicionar o setor como um vetor estratégico do país, porque na região centro já o conseguiu fazer; - Relativamente à última pergunta sobre o serviço da Crioestaminal, como apenas acompanhou o processo de criação da empresa, informou não saber responder mas poderá obter e fazer chegar a informação pretendida.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual recordou que, no encontro nacional de biotecnologia "BIOMEET 2022" que ocorreu recentemente em Oeiras, no qual esteve presente, assim como a administradora da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, Joana Branco, foi abordado o papel dos Municípios ao nível da biotecnologia, tendo sido identificados os Municípios de Cantanhede, Braga e Oeiras. Acrescentou, nomeadamente, que prestou testemunho o poder político daqueles executivos municipais, tendo encerrado os

trabalhos a Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, a qual na sua locução final, referiu a importância do papel da biotecnologia no futuro, uma vez que no dia a dia e tudo o que tocamos, ingerimos e manuseamos, está muitas vezes relacionado com a área da biotecnologia. Acrescentou que, um dos desafios que já hoje existe, num país tão pequeno, com escassos recursos financeiros, mas com gente qualificada nas Universidades e nos Politécnicos e que pode competir ao nível mundial, existem todas as condições para que, com políticas nacionais se possa por um foco em determinadas áreas e ao nível da biotecnologia aqueles três polos têm de se interligar entre si e terem um bom relacionamento, alavancado através das políticas nacionais e de fundos comunitários. Afirmou ser sua convicção que, no futuro, o papel do BIOCANT e da biotecnologia continuará a ser reforçado, cabendo o empenho do Município de Cantanhede e das entidades que o apoiam, nomeadamente, a Comissão de Coordenação da Região Centro, para alavancar todo o projeto em fundos comunitários. Referiu ainda que não deveria haver um afastamento tão grande por parte do poder central, que conhece aquelas realidades nas quais se produz conhecimento e não o que se ensina nas Universidades, para as quais são chamados os recém-licenciados, os mestrados, os doutorados, para que se fixem no país, ajudando-os a criar as suas próprias empresas e conseguirem arrancar para o mundo, como foi o caso da Crioestaminal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença e as explicações da Sr.^a administradora da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, Joana Branco. Recordou, de seguida que, quando o Município decidiu avançar com aquela estrutura, criou duas associações, a BIOCANT - Associação e a ABAP – Associação Beira Atlântico

Parque, associação esta com mais associados, tais como outros Municípios, a Adega, a ETPC e a ADELO, entre outras, por forma a poder aceder a fundos comunitários. Explicou, de seguida que esses edifícios não tiveram qualquer participação por parte do Governo português, tendo a aquisição dos terrenos e a construção ficado a cargo exclusivamente da Biocant apoiados em fundos europeus e capitais do Município de Cantanhede. Acrescentou que, na primeira fase, a Biocant não tinha receita, só despesa, e tinha de recorrer à banca, acontecendo o mesmo com os outros edifícios. Os espaços foram arrendados a empresas que pagavam uma determinada renda e que eram apoiadas com vários serviços, como a contabilidade, os administrativos e a segurança. No entanto, chegou uma altura em que era incomportável, à medida que os edifícios iam sendo construídos e que havia um aumento exponencial em termos de despesa. Assim, depois de vários contactos, fez-se a passagem para uma entidade privada, a Biocant, SA, com a alienação de dois edifícios, deixando o Município de ter o ónus relativamente à questão dos encargos com a Banca e passando a gestão de tudo para o BIOCANT S.A. através de um protocolo definido, ficando a empresa a receber as rendas das empresas, mas também com os encargos da luz, da água, do saneamento, dos espaços verdes, de todas as despesas que têm a ver com Parque. Acrescentou que ficaram ainda como propriedade da Biocant associação os outros dois edifícios, nos quais estão a decorrer empréstimos e que ainda não se podem alienar porque foram adquiridos com fundos comunitários e têm prazos a cumprir. Referiu que, apesar de se tentar, cada vez mais esmagar a despesa, os encargos à Banca são pesados, pelo que, enquanto existirem, terá de continuar a existir as tais quotas, quer seja do Município ou das outras entidades. Esclareceu de seguida que, em relação aos resultados negativos, tal aconteceu porque não foram acionadas as quotas que a Câmara poderia ter acionado,

e que teriam coberto perfeitamente o défice. Afirmou não ter havido qualquer problema, apenas se pretendeu não desviar algumas verbas do orçamento municipal que estão a fazer falta, cada vez mais. Concluiu que, daqui a um tempo, se poderá eventualmente fazer a alienação de um outro edifício, quando os prazos relativos às participações europeias já o permitirem, diminuindo assim o encargo, e que, a BIOCANT – Associação poderá e deverá proceder à divulgação da biotecnologia em termos nacionais e internacionais e dinamizar a Academia de Ciência nas escolas, apelando aos jovens e às crianças para uma área diferenciadora como é a ciência biotecnologia.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, reforçando a intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara referindo nomeadamente que: - As atribuições da ABAP têm sido esvaziadas porque a gestão do Parque foi transferido para o Biocant Park, S.A., que tem de continuar a perseguir os mesmos objetivos que estão na base da criação do Parque mas que pode denunciar a qualquer momento, voltando tudo para a Associação; - Não tem dúvidas que os fundos comunitários continuarão, cada vez, mais a alavancar a inovação e a tecnologia, para uma maior competitividade do país ao nível europeu, pelo que, se for necessário mais investimento, nomeadamente, para a criação de um novo edifício, aquelas Associações constituídas em 2001 e em 2002, são as melhores entidades para fazer face aos regulamentos dos atuais quadros comunitários de apoio; - Há sempre atividades que os Municípios perseguem que são sempre deficitárias, mas que ninguém tem coragem de propor o seu encerramento, como é o caso dos Transportes Urbanos de Cantanhede. Apesar de tudo, trata-se de um serviço público, num concelho com 400 Km², que traz os Municípios até à sede de concelho, serviço esse que deve ser otimizado e torná-lo eficiente, por forma a, cada vez mais, corresponder

às necessidades das populações; - Em Coimbra, o IPARQUE, também é deficitário, tendo recebido, em 2021 um subsídio à exploração da Câmara Municipal, no ano passado de 100.000,00 €; - Deve-se ter uma perspetiva do retorno de todo o investimento, nomeadamente, a fixação de jovens qualificados, da criação de condições para os alojar e o incremento do comércio local.-----

-----Interveio ainda a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, concluindo o assunto informando que, no momento, o Parque está cheio e sem espaço para arrendar pela sociedade BIOCANT S.A. Acrescentou que, como há procura, aquela empresa tem um projeto que já lançou a concurso, mas tal como tem acontecido com os concursos do Município, tem tido problemas com os empreiteiros.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, em jeito de conclusão, referiu que a mitigação da despesa irá ocorrer quando o empréstimo terminar e que se considera esclarecido.-----

----- Concluído o **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos «**Visita às instalações do Biocant Park**», o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, retornou ao período Antes da Ordem do Dia, informando, relativamente ao Regulamento de Gravação e Transmissão áudio/vídeo das Sessões da Assembleia Municipal, que, por sugestão da Comissão Nacional de Proteção de Dados está a ser feito um estudo por uma empresa externa, do qual será conhecimento à Assembleia e enviado a Comissão Nacional de Proteção de Dados para aprovação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual procedeu à leitura de uma comunicação do seguinte teor: "*Agradecimento pela receção ao Presidente do Chega, Dr. André Ventura na EXPOFACIC no dia 31 de julho de 2022. Ex.mos Senhores, Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr.ª Helena Teodósio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr.*

Pedro Cardoso, Vereadores da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. Adérito Machado, Enfermeira Célia Simões e Sr. Fernando Pais Alves, que está ausente. Na qualidade de líder e representante da bancada do Partido Chega na Assembleia Municipal de Cantanhede, venho por este meio agradecer a vossa excelência e demais elementos do elenco camarário a magnífica receção ao nosso Presidente Dr. André Ventura e a toda a sua comitiva à EXPOFACIC 2022, pela honrosa simpatia demonstrando um gesto de sensibilidade democrática, apesar das diferenças ideológicas que porventura possam existir, mas as mesmas não constituíram qualquer impedimento a que se tivesse criado um bom momento de confraternização." No seguimento daquele comunicado, felicitou também a Câmara Municipal de Cantanhede, na pessoa da Senhora Presidente e toda a equipa que liderou a realização da 30.ª edição da EXPOFACIC, pela sua brilhante organização, contribuindo assim para uma imagem dignificante do concelho de Cantanhede, não só em Portugal como no estrangeiro. De seguida, expôs três situações relacionadas com vias, nomeadamente: - Relativamente à estrada Cochadas/Fervença, referiu que, foi efetuada pelo Município a obra de requalificação daquela via, a qual orçou em 500.000,00 € e que há cerca de dois meses, devido à substituição de tubagem relacionada com a ETAR da responsabilidade da empresa Águas do Centro Litoral, foi a via rasgada para a passagem da mesma. Questionou assim, se aquela empresa avisou o Município que iria efetuar aqueles trabalhos e, tendo em conta que a via já foi rasgada, se o seu pavimento será repostado total ou parcialmente. Lamentou, de seguida que ainda haja desarticulação entre entidades que provocam sérios prejuízos para o erário público e para os munícipes; - Informou que, na localidade do Lombo Folar, há uma curva em que os camiões, ao passarem, projetam gravilha para o eixo da via, dando origem a despistes de motas, embora sem grandes sequelas, mas

também para os estores da janela da casa existente ao lado contrário daquela berma, sugerindo que a berma seja alcatroada a fim de evitar mais acidentes graves ou até mortais; - Finalmente, chamou a atenção para o facto de, junto ao estabelecimento "Cheio de Sono" a estrada estar com linha amarela, impedindo os veículos de parar ou estacionar, impedindo os clientes de lá pararem para recolher a comida, o que já originou uma reclamação do proprietário junto da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, a última edição da EXPOFACIC reforçou e melhorou o estatuto que já tinha do maior certame do género de feira/festa a nível regional e a nível nacional e provavelmente o maior certame de atividades económicas do país, com um cartaz de espetáculos variado e destinado a diferentes públicos e uma programação de animação para todas as idades. Acrescentou que, segundo foi publico, ao longo dos onze dias, visitaram o certame mais de 400.000 pessoas, oriundas de toda a região e do país e com a forte presença dos emigrantes, devido à diversidade inigualável de ofertas a cargo das Associações e de outras forças vivas do concelho e da presença de mais de 500 empresas de várias zonas do território nacional, dos setores da indústria, comércio e agricultura, de concertos diversos com artistas nacionais e internacionais, da gastronomia nas tradicionais tasquinhas com uma área mais atrativa e bem arejada, facilitando uma maior mobilização de pessoas, das Exposições temáticas com algumas novidades, nomeadamente o caso das motas clássicas, a exposição de espécies exóticas, a exposição de gigantes da idade do gelo, jardim botânico e do artesanato e produtos tradicionais da região. Considerando que a 30ª edição da Expofacic foi um êxito e talvez a melhor edição de sempre, agradeceu à Comissão Organizadora, aos funcionários da Câmara Municipal e da INOVA, às Juntas de

Freguesia, ao movimento Associativo, às Escolas, às IPSS, à GNR, aos Bombeiros e aos patrocinadores pelo envolvimento entusiástico de todos. De seguida, informando que Cantanhede foi distinguido em 2.º lugar com o prémio de Intervenção Social Sénior 2022, atribuído pela plataforma Cidade Social na categoria de municípios com população entre 10.000 a 50.000 habitantes, o qual representa o reconhecimento da ação da autarquia junto da população mais envelhecida, que tem vindo a crescer em todo o país e à qual nem sempre é dada a merecida atenção, deu uma palavra de apreço por todas as ações levadas a cabo pelo Município na promoção do envelhecimento ativo da população idosa e no combate ao isolamento, numa lógica de complementaridade das medidas implementadas por outras instituições locais. Finalmente, felicitou à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, pelo seu 120.º aniversário, feitos a 24 de agosto de 2022, mas sobretudo por todo o contributo que tem prestado à comunidade ao longo destes 120 anos, agradecendo a dedicação e espírito de missão de todos os Bombeiros, sem esquecer as pessoas que, ao longo destes 120 anos, se entregaram na proteção da vida e bens do concelho de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: - Se o serviço educativo do Museu da Pedra já se encontra a funcionar, uma vez que já começou o ano letivo e as escolas já têm recebido propostas de vários museus de outros municípios; - Qual é a situação do novo Museu? Para quando a sua abertura? - Relativamente à sugestão que deu da criação da sala Alves André, se está ou não a ser pensada, pois seria uma forma de enriquecer o património cultural do Concelho e de atrair outro tipo de turista; - Se já existe algum projeto para o Museu Digital da Água, também conforme já sugeri na anterior sessão; - Questionou sobre



o canil, se já está cheio, se comporta ou não mais animais, quais os apoios que pode prestar aos Municípios, nomeadamente se pode esterilizar os animais gratuitamente, finalmente, se é verdade que existe apenas um funcionário no canil e que as pessoas muitas vezes se dirigem ao canil fora do horário de funcionamento, com os animais, e não os podem lá deixar; - Sugeri que o prémio Carlos de Oliveira passasse a bianual, intercalado com um novo prémio intitulado Augusto Abeleira, também ele escritor do concelho, natural de Ançã, o que não aumentaria os gastos por serem bianual, alternando, num ano, Carlos de Oliveira com a poesia e, no outro, Augusto Abeleira com a prosa.-----

----- Sobre o assunto dos animais errantes, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura expos a situação vivida no meio da cidade de Cantanhede, a 50 metros da Câmara municipal e a menos de 30 metros do Supermercado Minipreço, nas costas da Caixa Geral de Depósitos, onde existem entre 12 a 15 gatos para os quais as pessoas trazem a comida, o que é proibido por lei. Referiu ainda que, independentemente do trabalho e do esforço que está a ser feito ao nível do Município, é muito importante uma ação de sensibilização para as pessoas que, infelizmente, não conseguem cumprir e até de algum trabalho ao nível das forças policiais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio a qual comentou e respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Agradecendo a nota do Sr. Ulisses Salvador sobre a recepção do Sr. Presidente do Partido "Chega", recordou que foram convidados todos os líderes com assento parlamentar na Assembleia Municipal, tendo estado presente também o Presidente do PSD, Luís Montenegro e os elementos do Comité Central do Partido Comunista, para além da Sr.ª Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa que esteve presente na abertura do certame. Acrescentou ter sido muito aliciante, pois

tudo decorreu muito bem, as pessoas intervinham, contactavam com os líderes, davam opiniões e tiravam fotografias; - Relativamente ao estacionamento em frente ao estabelecimento "Cheio de Sono", informou que o traço amarelo teve a ver com o facto de os residentes do prédio não conseguirem fazer a manobra para tirar os carros da garagem, devido à forma como foram construídos os outros edifícios; - Relativamente à estrada Cochadas/Fervença informou que aquela obra era muito ambicionada pelas pessoas daquela zona da Tocha pelo que avançou com tapete na altura, não tendo havido qualquer contacto por parte daquela empresa a avisar que iriam começar a obra, o que muito a indignou. Acrescentou que, após contacto com o Presidente das Águas do Centro Litoral, foi informada que a ADCL, na próxima semana irá começar a recolocar o tapete em toda a largura da via; - Relativamente à intervenção do Sr. Rogério Marques sobre a Expofacic, confirmou que a última foi realmente muito boa e ultrapassou todas as expectativas; - Relativamente às questões colocadas pelo Sr. José Vieira, solicitou que o Sr. Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso respondesse relativamente ao sistema educativo do Museu da Pedra e informou que, relativamente ao Museu do Colecionismo, a obra exterior está toda pronta, no entanto é necessária alguma indicação sobre a forma como deve ser disposta toda a coleção, o que está a ser tratado com o Professor Doutor Batista Pereira, da Universidade de Belas Artes de Lisboa, especialista daquela área. - Relativamente à sala dedicada ao escultor Alves André, afirmou ser uma boa proposta, mas que tem de ser pensada a forma de a fazer porque é muito diferente tratar alguém que fez uma doação de uma obra inteira, de alguém como o Alves André que é uma figura internacional e merece todo o respeito do Município. - Relativamente ao Depósito da Água informou ter sido contactado o pintor do concelho Juan Domínguez, que tem um impacto nacional e internacional, tendo-lhe sido lançado um desafio para fazer a pintura externa do

mesmo, com arte urbana e que já existe uma proposta da Divisão de Estudos e Projetos muito interessante; - Relativamente ao canil recordou que o mesmo já duplicou e já está cheio, tal como acontece com o gatil, não existindo espaço para que os animais possam circular livremente. Nesse sentido apelou aos Presidentes de Junta, no sentido de informarem, caso tenham na sua freguesia um espaço onde a oferta possa ser duplicada e onde os animais poderiam andar e correr. Relativamente aos funcionários informou que existe um funcionário fixo e outro que faz as suas folgas e as férias. Informou ainda que o médico veterinário, Dr. Idílio Cravo acabou de ir para a reforma, o que levou a um concurso, do qual foi aprovada uma nova médica veterinária que estava na DGAV e que já se encontra ao serviço. Referiu ainda não ser fácil arranjar pessoas que queiram ir para alguns serviços, pois nem todas as pessoas têm apetência para lidar com animais, no entanto, seria necessário a colocação de mais uma pessoa naquele local.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o serviço educativo do Museu está a funcionar desde que voltou a reabrir, sendo uma questão de se intensificar novamente o contacto do Museu com as Escolas. Informou ainda que, até ao momento, já foram feitas mais de 50 sessões de trabalho, e que alguns dos elementos que integram a equipa da cultura, já reuniram com outros elementos para que se possa oferecer às escolas visitas integradas que apanhem, não apenas a parte natural da Quinta Biológica, como a parte do BIOCANT com os projetos envolvidos ao nível da ciência, mas também a parte do Museu, justificando assim a deslocação das visitas que vêm de longe. Relativamente às sugestões relativas aos prémios literários, referiu que são pertinentes e interessantes, devendo ser equacionadas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu-se a vários assuntos: - Relativamente à EXPOFACIC, afirmou que, de facto, é um evento de dimensão nacional e internacional, mas que existem sempre aspetos que devem ser corrigidos e melhorados, nomeadamente, a necessidade de reforçar as casas de banho na zona das tasquinhas, o reforço do estacionamento, nomeadamente, espaços reservados para deficientes, principalmente nas zonas de acesso, como por exemplo na zona da Biblioteca, o cartaz, sempre subjetivo porque a música nem sempre pode agradar a todos, mas no qual se poderia introduzir outros elementos musicais e outros grupos para trazer outra qualidade; - Referiu o mau estar geral das passeiras no concelho e na cidade junto às escolas, pois muitas encontram-se praticamente invisíveis, talvez pela fraca qualidade da tinta, o que poderá causar algum problema no futuro; - Referiu a necessidade de construir passeios de acesso à Escola de Cantanhede - Sul, vindo da Rua Padre Américo, para reforçar a segurança das crianças que passam naquela zona; - Solicitou que fosse averiguado junto da INOVA se existe algum problema com a ETAR de Outil porque lhe deram conhecimento que terão havido algumas descargas que estão a contaminar a água; - Questionou sobre a data prevista para o início das obras na estrada Cantanhede/Arazede. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, partilhou que, no dia 29 de setembro, data instituída pela Federação Mundial do Coração desde o ano 2000, celebrou-se o Dia Mundial do Coração com o evento "Cantanhede unida pelo coração". Nesse âmbito, no domingo 25 de setembro, realizou-se todo o dia, no Parque Verde da Cidade a iniciativa "Rota do Coração", que envolveu muitas

instituições, empresas e profissionais da saúde e de diferentes áreas, à qual afluiu muita gente e onde houve muitas atividades, exames complementares de diagnóstico e sessões/ações de sensibilização. Acrescentou ter sido a primeira ação de sensibilização em Cantanhede para as doenças cardiovasculares, principal causa de morte em Portugal, no âmbito do projeto "Cantanhede unida pelo coração", organizada pela equipa da delegação do Centro da Fundação Portuguesa de Cardiologia, que promove desde 2016 iniciativas no âmbito do projeto "Coimbra Unida pelo Coração", envolvendo um largo conjunto de parceiros. Finalizou a sua intervenção dando os parabéns à organização daquele evento, destacando a Sr. Enf.ª Ana Caetano, rosto da vastíssima equipa que conseguiu implementar e concretizar a iniciativa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões:- Recordando que o Concelho tem uma mancha florestal bastante elevada e que a gestão e exploração florestal contribui para os rendimentos de muitos dos proprietários rurais, referiu-se ao problema dos depósitos de madeira para carregamento nas faixas de gestão de combustível onde os proprietários não podem ter nenhuma árvore e onde se pretende reduzir a massa combustível para impedir a progressão de incêndios. Referiu ser aceitável que os madeireiros cortem e ponham a rama para carregamento durante uma semana ou duas, mas não é aceitável que fiquem quer debaixo de linhas de alta tensão, quer à beira das estradas, quer noutros locais, durante todo o verão, incluindo o período crítico e estados de alerta. Referiu ainda que a fiscalização compete à Guarda Nacional Republicana, pelo que, se a sensibilização não funcionar, essas situações devem ser resolvidas de outra forma; - Relativamente à questão da proibição de estacionamento junto ao estabelecimento "Cheio de Sono", afirmou ter testemunhado que, no dia das comunhões em

Cantanhede, houve um proprietário que quis sair de casa e só o consegui fazer passadas 4 horas, porque o estacionamento é em linha e com muito pouco espaço de manobra, não deixando grandes dúvidas sobre a pertinência do que lá foi executado; - Relativamente à questão do cartaz da EXPOFACIC, concordou com o facto dos gostos musicais serem sempre discutíveis e recordou que a EXPOFACIC não tem só o palco principal, mas muitos mais onde atuam desde grupos etnográficos até à música mais jovem, com uma grande diversidade. Referiu ainda que deve haver algum cuidado com a escolha dos grupos, porque poderão não se enquadrar tão bem neste tipo de Feiras e que lhe parece que essa gestão tem sido bem conseguida pelo que apoia o que tem sido as opções da Comissão Organizadora da EXPOFACIC; - Relativamente à questão do canil, referiu que se tivessem dito que há pessoas que pretendem ir adotar cães ao canil e encontram o canil fechado ficaria preocupado, mas, se há pessoas que pretendem lá levar animais, está-se perante um crime de abandono, porque os animais abandonados na via pública tem mecanismos próprios de recolha; - Destacou o protocolo que a Câmara Municipal de Cantanhede estabeleceu com o Instituto Politécnico de Coimbra para a implementação de um Polo em Cantanhede, com cursos na área das artes e da criatividade. Sobre o assunto referiu que um dos vereadores da oposição escreveu e partilhou um artigo onde, além de enaltecer aquela parceria em concreto, também faz algumas críticas sobre a instalação de um Campus Universitário na Figueira da Foz pelo reitor da Universidade de Coimbra, residente em Cantanhede. Acrescentou ainda que, de tais publicações, podem resultar várias interpretações negativas e graves e que um Vereador com responsabilidades políticas, não pode escrever o que se lembra. Defendeu ainda que, Cantanhede não ficou para trás, porque a Universidade de Coimbra tem um centro dinamizador de ciência, investigação e inovação em Cantanhede, chamado o UC

Biotech, infraestrutura de investigação e capacitação empresarial do Centro de Neurociências e Biologia Celular inserida no BIOCANT. Referiu ainda que, o Vereador em causa, indiretamente ao minorizar os Institutos Politécnicos, também minorizou muitos dos candidatos autarcas recentes do seu próprio Partido.-----

----- Interveio o Sr. José Vieira, esclarecendo que, relativamente ao canil municipal, se referia a pessoas que encontraram alguns cães abandonados no fim de semana e quiseram levá-los ao canil, não os abandonaram apenas quiseram tratar deles.-----

----- Interveio novamente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando desconhecer, em absoluto, o comentário em causa feito por um Vereador, que considerou ser lamentável, na medida em que se trata de uma pessoa que também é um eleito que, nas redes sociais, vem fazer comentários muito infelizes. Dando como exemplo um acontecimento de há dois ou três dias, na Assembleia da República, que envolveu a Ministra Ana Abrunhosa, publicitado na imprensa e nos telejornais, afirmou que não devem ficar indiferentes ao que acontece no concelho e na vida política do mesmo. Acrescentou que, se estivesse no lugar do Reitor em questão, que por acaso, é munícipe de Cantanhede e se estivesse a ler uma coisa daquelas, possivelmente ficaria muito incomodado, como qualquer um ficaria, pelo que esses acontecimentos não podem passar incólumes, sob pena de se usar e abusar da internet e, fechados num quarto ou num gabinete, poder dizer as maiores alarvidades, havendo momentos em que se deve levantar a voz e possivelmente fazer alguma coisa, para que não volte a acontecer. Deixou finalmente, em jeito de reflexão que, uma coisa é ser um simples cidadão a fazer comentários no dia a dia, outra coisa é tratar-se de pessoas que têm responsabilidades políticas, nomeadamente, um Vereador eleito a fazer comentários daquele tipo, o que não é nada bom para a vida democrática.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Ulisses

Salvador, qual acrescentou, relativamente à reposição do pavimento da via Cochadas/Fervença, ter sido alertado por alguém do seu Partido, de que parece que há intenção de não repor a totalidade, daí alertar para que a Câmara, dentro do seu poder de fiscalização, esteja atenta. Relativamente à EXPOFACIC e à diversidade da música, referiu que, se se escolher um determinado tipo de música que será assistida por um número pequeno de espetadores, estraga-se uma noite de milhares, portanto, é preciso cuidado com a escolha da música e não tentar agradar a poucos, sem expressão social.-----

----- Interveio ainda o Sr. Abel Carapêto, referindo que, independentemente do teor das afirmações do Vereador que não está presente, considera que tem o direito, como qualquer um dos presentes, à liberdade de expressão, e que, em muitos aspetos, muitas vezes tem a acompanhar uma responsabilização. Acrescentou que, se alguém se sentir ofendido, há formas de atuar, mas ninguém de forma alguma, em democracia, pode cortar a palavra a quem quer que seja. Referiu ainda não ser de bom tom estarem a falar de uma pessoa que não está presente e que não se pode defender e que o que foi dito deveria ter sido dito numa reunião de Câmara para ele se poder defender.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Sepins e Bolho, Luís Arromba, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, propôs que a própria Câmara Municipal, faça uma campanha de informação e sensibilização para a população do concelho sobre o tema "chantagem e suborno nas redes sociais", face aos seis casos que aconteceram na sua freguesia, para que não volte a acontecer.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas,

da seguinte forma: - Relativamente à questão das pinturas nas passadeiras, informou que a Divisão Financeira e o Departamento de Obras Municipais já têm indicação para todos os anos lançar um concurso de pinturas, porque, de acordo com a informação dos técnicos, antigamente a tinta tinha a possibilidade de ter chumbo e agora a Lei não o permite, daí que existem estradas com quase com 20 anos onde ainda se nota o traço e outras com 4 anos onde o mesmo já desapareceu. Acrescentou que, quando as empreitadas são lançadas, é com pintura, mas o mesmo já não acontece quando o trabalho é feito por administração direta, sendo que no momento já está a concurso uma empreitada com um valor base de aproximadamente 101.000,00€, mais IVA, para pinturas de traços e de passadeiras em algumas freguesias do concelho onde houve intervenção da administração direta; - Relativamente à questão da ETAR de Outil informou que irá contactar a INOVA para perceber o que se passa e relativamente aos passeios de Cantanhede - Sul, informou que de um lado não tem porque essa zona, ao lado da Casa das Três Marias, vai ser rasgada futuramente, pelo facto de uma empresa ter adquirido os terrenos da antiga Gávea e tem intenção de lá fazer construção em altura, pelo que aquela zona da cidade vai ter que ser também definida de acordo com o plano com um arruamento que depois vai "comer" uma parte desse terreno levando então passeios; - Relativamente à estrada Cantanhede / Arazede, recordou que no anterior mandato a empreitada foi adjudicada e consignada, mas a empresa entrou numa situação financeira difícil e fez cair o concurso. Neste momento, perante uma extensão tão grande, informou que será feita por duas fases, uma delas, junto ao cruzamento quem vai para o Casal ou para o Zambujal, até ao depósito de Lemedede, que já está adjudicada à empresa Prioridade, pelo valor de 418.247,00 €, mais IVA, estando em fase de audiência prévia, e a outra fase que será desde o depósito de Lemedede até à Fonte do Ouro; - Apesar de ter estado

ausente no dia em causa, concordou com o facto da iniciativa ligada à questão do Coração correu muito bem; - Sobre a questão do cartaz da Expofacic, afirmou que se não houvesse limitações financeiras, saberiam quem trazer; - Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Sepins e Bolho, e se assim o entender e tiver a informação, referiu poder tratar-se de uma questão da competência para a CPCJ, estando a Senhora Presidente da CPCJ disponível para saber sobre a questão.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2023, relativa ao exercício de 2022»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, as propostas para os impostos decorrem da análise que se está a fazer para o orçamento de 2023. Referiu que, sempre esteve com o pelouro da parte financeira da Câmara, e que, se no ano anterior foi muito difícil fazer o orçamento, este ano ainda está a ser mais difícil, apesar de todos os contributos recebidos por parte dos serviços, das associações, das Juntas de Freguesia, etc... Acrescentou que começaram com a receita, que é real e não se pode inventar, passando depois para a despesa, na qual tiveram de cortar 90.000.000,00€. Deu as explicações que considerou necessárias para o justificar e concluiu que a proposta é de manter os impostos como estavam. Informou de seguida

que, no caso do IMI se optassem pelo valor máximo, o Município receberia 6.655.760,00 €, com a taxa a 0,38% irá receber menos 1.000.035,00 € e menos cerca de 80.000,00€ pelos benefícios atribuídos às famílias. Concluiu que a proposta para o IMI é de manter a taxa nos 0,38%, tal como os benefícios em função do agregado familiar, 20,00€ para os agregados com 1 dependente, 40,00€ para quem tem 2 dependentes e 70,00€ para quem tem 3 ou mais dependentes. Relativamente à derrama, informou que também se mantém, pagando derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€, isentando os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapassem os 150.000,00€. Referiu nunca ter havido qualquer pedido por parte de empresas no sentido de poder haver alguma alteração à derrama. Relativamente ao IRS, informou manter-se os 5%, e relativamente à taxa municipal dos direitos de passagem que a mesma também se mantém.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, sobre o IMI, referiu que se vivem tempos de grande incerteza, sendo que em alguns países da Europa, a taxa de inflação em setembro já é superior a 10% e as taxas de juro dos Bancos Centrais, para contrariar a inflação, estão a aumentar, não se sabe até quando, o que leva a cenários de recessão para 2023. Referiu de seguida que, se o Estado Central, que nesta conjuntura está a ter cada vez mais receitas orçamentais, atingindo já quase três mil milhões de euros, e não baixou qualquer tipo de imposto, porque deveria o Município fazê-lo? Referiu que o Município não está a querer aumentar a taxa de IMI, mas sim a mantê-la, correspondendo a 15,6% de redução, quando poderia ter uma taxa de 0,45%. Acrescentou que, qualquer Presidente da Câmara gostaria de baixar o IMI, mas não seria prudente fazê-lo no momento, por diversos motivos, nomeadamente, a previsível diminuição de receita e

um aumento da despesa, devido ao impacto da inflação, ao aumento generalizado dos bens e serviços, nomeadamente, da energia e dos combustíveis, ao aumento significativo dos encargos decorrentes das competências que o Estado Central tem vindo a transferir para o Município, ao aumento do número de pessoas com maior vulnerabilidade que vão necessitar do apoio do Município. Acrescentou ainda ser uma opção política que o Município está a tomar, dirigida às famílias mais pressionadas com o custo de vida, neste caso através de uma medida de discriminação positiva socialmente justa, sem esquecer as famílias, com dependentes a cargo. Reforçou que, na atual conjuntura, o Município tem que ser cauteloso na componente da receita de modo a assegurar o seu exercício, sem comprometer a execução das obras estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento do Concelho, permitindo obter fundos comunitários para novos projetos no âmbito do PRR e do Portugal 2030 para o cumprimento de todas as funções que lhe estão confiadas. Relativamente à Derrama, congratulou também o Município pela isenção da Derrama para com as empresas com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, mantendo-se a taxa em 1,5% para as restantes. Referiu ser uma decisão que, mais uma vez, reconhece a importância das microempresas e pequenas empresas do concelho, na maioria dos casos de cariz familiar, que constituem um tecido económico e social do concelho, constituindo um incentivo bastante apreciável para ajudar a conseguir superar as atuais dificuldades na atual conjuntura económica que o país atravessa e o mundo. Acrescentou que a receita proveniente desta taxa se destina a ser aplicada no reforço da competitividade da economia do concelho, nomeadamente, na valorização das condições em que alguns agentes económicos exercem a sua atividade, incluindo a ampliação das zonas industriais. Recordou que a receita da venda dos lotes não cobre as despesas necessárias para as

infraestruturas na zona industrial, pelo que, considera que, mais uma vez é prudente acautelar a receita de modo a contrabalançar com o que tem vindo a diminuir do Estado Central e para que o Município "re-injete" na economia local para que a qualidade da vida do concelho continue a melhorar ano após ano com o investimento que têm vindo a ser feito. Terminou a sua intervenção congratulando o Município pela visão que tem tido nos últimos anos, o que faz com que o concelho de Cantanhede hoje ocupe o 1º lugar em relação ao balanço entre as importações e exportações na zona CIM, o que não acontece por acaso, sendo o resultado de políticas de longo prazo que têm vindo a ser feitas com a promoção da economia do concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que os últimos dois anos têm sido muito difíceis e desafiantes devido a uma pandemia que ainda exige alguma atenção e medidas de precaução, e à inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, que provocou uma guerra que trouxe à tona os mais negros receios de instabilidade global em múltiplos níveis e uma crise inflacionária que se coloca a níveis de há 30 anos. Acrescentou que, se aos factos descritos anteriormente, se adicionar que, conforme o relatório de gestão 2021 da Câmara Municipal de Cantanhede a 31/12/2021, o Município ter uma capacidade de endividamento de cerca de 30 milhões, e ter uma taxa de concretização desta mesma capacidade de 20%, torna-se de difícil compreensão para os Membros do PS a proposta de manutenção da taxa de IMI aprovada anteriormente, fundamentada nas alterações legislativas verificadas, particularmente, as implicações das delegação de competências da Administração Central para os Municípios e destes para as Freguesias, situações que representam um impacto considerável no orçamento municipal, razão pela qual não se afigura sensato efetuar-se essas alterações que comprometam a normal atividade do Município. Acrescentou ainda

que, essa justificação ainda se torna de mais difícil compreensão quando: - No Orçamento do Estado para 2023, o Governo prevê a criação de um mecanismo de atualização e ajustamento dos valores a transferir para os Municípios no âmbito da descentralização de competências, segundo a proposta das Grandes Opções para 2022/2026, assegurando também a requalificação das infraestruturas e equipamentos prioritários; - Nas Grandes Opções do Plano, o Governo também prevê uma avaliação independente da adequação dos recursos financeiros transferidos para o exercício das novas competências pelas autarquias locais, aferindo igualmente da eficácia e da eficiência da gestão descentralizada dos recursos públicos; - O Orçamento de Estado para 2022, aprovado no final de maio, já previa a monitorização das verbas do Fundo de Financiamento da descentralização com mais de 832 milhões de euros e a possibilidade de correção dos valores daquelas transferências, nos casos em que as verbas manifestamente não correspondam às despesas dos Municípios ou existissem imponderáveis como os causados pelo aumento da inflação. Acrescentou que, ao contrário do que foi dito, o Estado tem vindo a demonstrar alguma sensibilidade social e até baixou alguns impostos, nomeadamente, o imposto sobre o combustível. Verificando-se que o momento não é fácil, nem para os Municípios, nem para as famílias, devem-se tomar medidas que ajudem as famílias, pelo que, a preocupação social do PS enquanto membros da bancada é sempre, em primeiro lugar, as pessoas. Perante o exposto, não querendo fomentar o endividamento irresponsável, afirmou ser difícil de compreender a inexistência de condições financeiras para absorver o impacto de uma potencial revisão da taxa em baixa, sendo sempre nos momentos de excecionalidade que se afigura fundamental adotar medidas de proteção das pessoas, tendo em conta que os executivos da Câmara Municipal têm apresentado consecutivamente saldo de gerência positivo na ordem de milhões de euros. Finalizou

a sua intervenção informando que os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista votarão contra a proposta apresentada para o IMI, por considerarem estar reunidas as condições adequadas e que têm vindo a defender nos últimos anos, para ser revista em baixa a taxa de afixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis do concelho de Cantanhede e assim inverter a tendência de sobrecarregar nos munícipes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual face às considerações apresentadas pela bancada do PS, estranhou o facto de, indiretamente, estar a dizer que se o Município tem capacidade de endividamento que se deve endividar e recorrer ao crédito para baixar os impostos. Afirmou não conhecer essa prática como de boa gestão, ao diminuir a receita corrente por via da diminuição dos impostos e ao aumentar a despesa corrente por via do pagamento dos empréstimos bancários, pois são dois aspetos que concorrem para pôr em causa o princípio do equilíbrio financeiro. Referiu ser verdade que o Município tem apresentado sucessivos saldos positivos e que isso é uma evidência de práticas de boa gestão. No entanto, como tem sido referido, é necessária uma almofada financeira para fazer face aos imprevistos, que têm sido muito nefastos ao longo dos últimos anos. Acrescentou que, na prática, o que tem transitado de uns anos para os outros, são os 3 milhões que já existiam e não lucros cumulativos de milhões ao longo dos anos, porque não é o que se passa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, afirmando que, relativamente ao IMI, perante a revisão ao orçamento a apreciar num próximo ponto, concorda com a posição da Câmara, perante a anulação de 1.605.171,00€ em várias rubricas, ou seja, a Câmara não dispõe assim de tanto dinheiro e tem de manter uma saúde orçamental, através dos impostos. Relativamente

à Derrama, questionou sobre a possibilidade de aumentar até aos 200.000,00€ ou 180.000,00€, porque há empresas que estavam no limiar dos 150.000,00 € e agora fruto da inflação, por algum dinheiro vão passar os 150.000,00€.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, afirmando que a fundamentação apresentada pelo Sr. Abel Carapêto, no entender da bancada do PS, se aplica aos três impostos. Reforçou o facto de se estar a tentar, pelo menos, sair da crise pandémica que o mundo atravessou, fazer face as consequências da guerra na Ucrânia e ao aumento da inflação, pelo que, do ponto de vista da bancada do PS, será sempre nos momentos de excecionalidade que se afigura fundamental adotar medidas de proteção das pessoas. Perante todas aquelas situações, os membros do PS esperavam que houvesse aqui uma atitude um pouco mais solidária da parte do Município para ajudar os seus munícipes, reduzindo em alguma percentagem os impostos municipais. Esclareceu que, apenas se falou em saldos positivos nos anos a que se referem e não em saldos cumulativos e informou que os eleitos pelo Partido Socialista, votarão contra a proposta, pois consideram que estão reunidas as condições adequadas, para que, conforme têm vindo a defender nos últimos anos, seja revista a taxa em baixa, quer da Derrama, quer do IRS.

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando perceber a posição o PS, que tem de fazer oposição, mas tem de a fazer de forma coerente. Recordou, de novo, que houve necessidade de retirar ao orçamento 90.000.000,00€, tendo muita coisa de ficar para trás, sobretudo verbas relacionadas com as Juntas de Freguesia. Recordou ainda que, quando houve a transferência de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesia, o Município deixou de receber verbas, mas continuou a injetar mais verba nas Juntas de Freguesia, porque tinha consciência que as verbas recebidas pelas Juntas não chegavam. Informou ter

tido uma reunião com a CIM sobre a questão dos transportes escolares, e com a questão do apoio às famílias de isentar transportes aos alunos até ao 12.º ano, o concurso para Cantanhede é na ordem de 1.600.000,00€ por ano, mais as refeições escolares e as despesas com as manutenções, sendo certo que o Governo, em termos das competências, não passa a pagar tudo. Recordou também que, quando lutou contra as verbas que o Governo queria dar por conta da Ação Social, não teve qualquer solidariedade por parte do Partido Socialista, que a acusou de estar a ter atitudes partidárias. No entanto, foi ouvida pelas Ministras da Coesão e da Segurança Social que, perante os dados, perceberam que havia ali um erro e, neste momento, o valor a transferir para Cantanhede já quadruplicou. Referiu ainda que a inflação está a provocar, em termos do IVA, um aumento substancial da receita ao Governo, a qual não é distribuída, porque o próprio primeiro-ministro diz que há que ter cautelas. Referiu também que, com o Portugal 2030 e com o PRR, será o momento de arrancar com obras estruturantes, mas para isso é necessário ter um orçamento com um valor considerável. Relativamente ao IMI, recordou que não se pode comparar o valor patrimonial dos edifícios do Concelho com outros como Loulé ou Oeiras porque estes têm prédios com valores de centenas de milhares e milhões de euros e Cantanhede não os tem.-----

----- Interveio novamente o Sr. Carlos Fernandes, comentando as intervenções anteriores da seguinte forma: - Em relação às transferências de competências por parte do Governo, o processo teve muitas lacunas e a Câmara de Cantanhede teve um papel meritório na discussão e no elencar de alguns problemas, existindo alguma perspetiva de que poderá vir a melhorar. Recordou que o PSD sempre afirmou não ser contra a transferência de competências, mas sim contra os pacotes financeiros associados; - Afirmou registar-se que a bancada do PS em Cantanhede está em

discordância com o seu próprio Governo, seja quanto à prudência já referida pela Sr.^a Presidente da Câmara, seja quanto à política de baixa de impostos municipais. Recordou que, no programa do Governo, para sustentar a perda de financiamento por outras vias e o aumento do custo de vida em geral, o Governo PS prevê alargar a autonomia municipal na gestão de taxas e benefícios fiscais relativos aos impostos locais para colocar o financiamento territorial ao serviço do desenvolvimento, dizendo indiretamente que, quem abdicar daqueles impostos municipais, está a pôr em causa o seu próprio desenvolvimento; - Referiu que, se a bancada do PS esperava que perante o cenário atual, o Município de Cantanhede baixasse os impostos, os portugueses esperavam e esperam que o Governo também baixe impostos. Recordou que no IRS, 5% revertem para o município, mas 95% revertem para o Governo. Relativamente à Derrama, referiu que, efetivamente a maior parte das pequenas e médias empresas em Cantanhede estão isentas, porque é um imposto que incide sobre o lucro tributável, que até é visto como gerador da equidade social na medida em que as empresas que dão lucro veem depois os seus impostos revertidos em apoios sociais e investimentos. Relativamente à derrama municipal de 1,5%, referiu não ter sido impedimento para avultados investimentos na área industrial e para a vinda de muitas empresas para Cantanhede.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, afirmando que até percebe que fazer um orçamento camarário seja de uma grande dificuldade e de uma grande complexidade, mas que, também percebe que é mais difícil uma família fazer o seu próprio orçamento. Referiu que a política está ao serviço das pessoas, e que a Câmara quando está a fazer um orçamento deve ficar feliz por estar a dispensar dinheiro para as pessoas e às crianças, principalmente para as que têm mais dificuldades, porque, de facto a grande preocupação e prioridade dos políticos deve centrar-se sempre nas

crianças e nas famílias que têm mais dificuldades, sobretudo, num momento como este, no qual não se pode prever o que vai acontecer no futuro. Acrescentou que, mesmo que haja algum prejuízo para com as câmaras ou com as Juntas, as pessoas estão sempre primeiro, sendo mais importante ajudar uma família a pôr a comida na mesa, do que deixar um passeio por concluir.-----

----- Interveio ainda a Sr.ª Áurea Andrade, afirmando reconhecer o esforço que a Sr.ª Presidente da Câmara fez na ANMP, relativamente à questão da transferência de verbas na descentralização de competências da Ação Social, que por essa razão foram corrigidas. Lembrou, no entanto, que os Membros do Partido Socialista foram solidários com o Executivo, pois votaram contra a transferência de competências da Ação Social, efetivamente por terem concluído que a Sr.ª Presidente da Câmara estava com razão nas reivindicações que estava a fazer.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção e após algumas considerações sobre as intervenções anteriores, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura colocou à votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2023, relativa ao exercício de 2022»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 25 votos a favor, 8 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "1 - *Ao longo de vários anos, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis foi gradual e progressivamente reduzida, até ter sido atingida em 2017 a taxa de 0,38%, taxa que se mantém desde essa altura, apesar dos problemas que o concelho, o país e o mundo têm atravessado desde então.* 2 - *Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano sobre os prédios urbanos e*

que pode variar entre 0,3% e 0,45%. Ou seja, a taxa proposta para o Município de Cantanhede aproxima-se do valor médio permitido e é bastante inferior ao máximo legal permitido (que até já foi de 0,5%), sendo também inferior à taxa definida pelo Estado para os prédios rústicos, que como se sabe é de 0,8%. 3 - Apesar da oposição já ter apelidado o número de dependentes como "um conceito redutor e vago", a bancada do PSD regista com grande apreço que o Município de Cantanhede se continue a preocupar com as famílias, o que resulta na redução máxima do IMI para agregados familiares com dependentes em 20, 40 e 70€ para os agregados familiares com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo. 4 - Ainda mal recuperado da crise sanitária e pandémica, o cenário macroeconómico a nível mundial é hoje profundamente preocupante e caracterizado por guerra na Europa e uma enorme instabilidade, daí resultando uma crise energética e uma inflação galopante. Perante isto, seria até expectável a subida de alguns impostos, razão pela qual subscrevemos a manutenção da taxa de IMI como a opção possível, porquanto se traduz numa perda efetiva de receita para o Município. 5 - Acresce que nos pacotes de transferências de competências do Estado Central continuam a constituir uma enorme incógnita, em resultado da instabilidade económica, da insuficiência das verbas transferidas e de um conjunto de medidas mitigadoras, que já foram anunciadas, mas carecem de aprofundamento. A própria ministra da Coesão Territorial confere legitimidade ao descontentamento e às questões levantadas por Cantanhede e outros municípios, quando afirma que "o acordo tem já grandes conquistas no que respeita às reivindicações legítimas dos municípios". 6 - Recordase que o programa do atual Governo de António Costa, a fim de compensar a perda de receitas dos municípios por outras vias, prevê "alargar a autonomia municipal na gestão das taxas e benefícios fiscais relativos aos impostos locais", no sentido de

“colocar o financiamento territorial ao serviço do desenvolvimento”. Portanto, nas palavras deste governo PS, os municípios que abdicarem destas fontes de financiamento estarão também a abdicar do seu desenvolvimento. 7 - Note-se ainda que enquanto o Município tem mantido a sua taxa de IMI, em sinal contrário e por decisão de um Governo socialista, o IMI das casas recém-construídas ou reavaliadas ficou 4% mais caro para os proprietários desde o ano passado, mediante publicação de uma portaria que subiu o preço médio de construção por metro quadrado e que poderá ainda vir a sofrer nova atualização para 2023. Ora, como se referiu, o Município de Cantanhede não sobe as taxas dos seus impostos há 6 anos, razão pela qual as palavras da oposição quando refere querer “inverter a tendência de sobrecarga dos munícipes e das famílias”, só podem ser encaradas como uma crítica direta aos Governos do seu partido, que nos têm brindado, ano após ano, com novos máximos de carga fiscal. 8 - A este propósito, realçamos que por comparação com a taxa máxima legalmente permitida, o Município já está a abdicar de arrecadar mais de 1 milhão de euros e que, em caso de descida para a taxa mínima, deixaria de arrecadar outro milhão, em prejuízo do funcionamento dos serviços e dos investimentos projetados. Este facto é tanto mais relevante, quando há importantes entidades externas como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) que consideram que “há margem” em Portugal para aumentar os impostos sobre os imóveis porque os valores tributados em território nacional nesta área “são relativamente baixos”. 9 - Sempre fomos a favor das inúmeras medidas sociais promovidas pela Câmara Municipal e que necessitam naturalmente de recursos financeiros capazes de garantir a proteção daqueles que, por um motivo ou outro, possam estar social ou economicamente mais fragilizados. Como denota o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o imposto pode até gerar algum equilíbrio

social, porque "nem todos os residentes são sujeitos de IMI" e este imposto deve ser analisado com cuidado, sob pena de se perder a "aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios, na prestação de serviços e bens públicos". 10 - Sempre compartilhámos o rigor da gestão e das contas dos executivos liderados por Helena Teodósio, razão pela qual não compreendemos e discordamos da visão apresentada pela oposição, que sugeriu o recurso ao endividamento para suportar uma baixa de impostos, em contradição com as posições de alguns dos últimos anos, com a legalidade e com o princípio de equilíbrio orçamental. 11 - Assim, a bancada do PSD, coerente com as posições antes assumidas, vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2023, relativa ao exercício de 2022."-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar no ano de 2023 e relativa ao exercício de 2022», para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, o qual após votação foi aprovado por maioria com 25 votos a favor e 9 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "1 - A derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável, até ao limite máximo de 1,5 %, podendo ser aplicado uma taxa reduzida às empresas com volume de negócios inferior a 150.000 €. 2 - A Câmara Municipal de Cantanhede mantém a opção pela aplicação de uma taxa de 1,5% no caso gerais e pela aplicação de uma taxa reduzida de 0% sobre o lucro das empresas com volume de negócios inferior a 150.000€, o que permite isentar a esmagadora maioria das pequenas e médias empresas instaladas no concelho. 3 - Da Derrama diz-se comumente que é um imposto de esquerda, já que a fórmula de cálculo do imposto, incidindo sobre o lucro tributável,

no fundo garante uma contribuição proporcional aos ganhos, sendo depois a riqueza redistribuída sob a forma de investimentos e, de certa forma, alcançando-se objetivos de justiça material. 4 - A maior inflação dos últimos 30 anos, uma transferência de competências deficitária, um esmagador aumento do quadro de pessoal devido a essas novas competências, o rescaldo da crise pandémica, a guerra na Europa, a crise energética e a falta de mão-de-obra são fatores que concorrem para uma enorme instabilidade e obrigam a uma gestão muito prudente dos recursos públicos, seja para alavancar investimentos, seja para as áreas sociais, nomeadamente para dar proteção aos mais desfavorecidos. Qualquer redução significa da receita pode, portanto, comprometer os desígnios de desenvolvimento e de justiça social que pretendemos para Cantanhede. 5 - Realça-se a eficácia das medidas de atratividade implementadas pela Câmara Municipal de Cantanhede, nomeadamente os investimentos efetuados na ampliação das zonas industriais e a criação de várias medidas de apoio aos agentes económicos, como o Incentivo à Empregabilidade, o Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial ou a concessão de múltiplas isenções. 6 - De igual modo, os canais de comunicação com os empresários têm tido um papel preponderante na estratégia e no sucesso municipal, comprovando que a taxa de Derrama não constitui, por si só, qualquer obstáculo para as empresas virem para Cantanhede. Neste âmbito, não podemos deixar de destacar as notícias saídas na imprensa ao longo do ano e que apontam para a ampliação de várias unidades na Zona Industrial de Murte, para cerca de uma dezena e meia de novas empresas na Zona Industrial de Febres, para um crescimento empresarial de 90% na Zona Industrial da Tocha e para a instalação de várias empresas novas na Zona Industrial de Cantanhede, algumas delas com investimentos de dezenas de milhões de euros. 7 - Acresce que o Município arrecada apenas uma taxa correspondente a 1,5% do

lucro tributável, mas Portugal tem uma das mais altas cargas fiscais do mundo sobre as empresas, que às custas disso retiram capital do país e pagam impostos na Holanda e outros países, onde têm as suas holding sedeadas. Lembramos que ao Estado Central, as empresas pagam 21% de IRC e uma derrama estadual que pode variar entre 3 a 9%, pelo que quando a oposição diz pretender “inverter a tendência de sobrecarga do tecido empresarial”, estarão primeira e substantivamente a dar um recado ao Governo, principal responsável por essa sobrecarga. 8 - Sempre compartilhamos o rigor da gestão e das contas dos executivos liderados por Helena Teodósio, razão pela qual não compreendemos e discordamos da visão apresentada pela oposição que sugeriu o recurso ao endividamento para suportar uma baixa de impostos, em contradição com as posições de alguns dos últimos anos, com a legalidade e com o princípio de equilíbrio orçamental. 9 - Refira-se ainda que a Visão de Cantanhede é também a visão dominante nos municípios da região com alguma dimensão populacional e empresarial, casos de Coimbra, Figueira da Foz, Águeda e Aveiro, que aplicam taxa idêntica à de Cantanhede. 10 - Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede relativa à proposta da Taxa de Derrama a cobrar em 2023.”-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de 2023 e relativa ao exercício de 2022»**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, o qual após votação foi aprovado por maioria com 24 votos a favor e 10 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: “1 - Os

municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial". 2 - Convirá recordar que para além dos 5% correspondentes à participação variável dos municípios, os restantes 95% da receita do IRS são recebidos pelo Estado Central, estranhando-se que ao invés de se pretender um aligeirar da componente municipal, não se opte por pressionar mais o Estado Central para aligeirar a sua parte, que representa a grande fatia deste imposto. 3 - A eventual atualização dos escalões do IRS em 2023, em condições normais, seria efetivamente positiva e traduzir-se-ia numa melhoria do rendimento líquido das famílias. Todavia, face à maior inflação dos últimos 30 anos, à subida das taxas de juro, ao disparar dos preços da energia e de bens essenciais, gera-se conseqüentemente um enorme aumento do custo de vida e constata-se que enquanto o Estado arrecada uma maior receita fiscal, as medidas anunciadas para os cidadãos e para as famílias são um fraco paliativo para a perda generalizada do poder de compra. 4 - Nem os ordenados dos cidadãos, nem os fundos a transferir para as autarquias locais acompanharão esta subida da inflação, razão pela qual, sem prejuízo de aspetos não controláveis e relacionados com a geopolítica mundial, em primeira instância é imputável ao Governo a perda efetiva de receita dos Municípios e o aumento das dificuldades das famílias, aspeto a que decerto a oposição se refere quando expressa a vontade de "inverter a tendência de sobrecarga dos munícipes e respetivas famílias". 5 - Neste cenário, a redução de impostos municipais, apesar de ser uma medida popular, desejável e ambicionada, é na maioria dos casos, uma medida que acaba por levar ao endividamento ou por colocar em causa diversos projetos municipais e a valorização do município e das suas gentes, até pela complexa, vasta e dispendiosa matriz de transferências de competências que tem sido discutida. 6 - Em condições optimizadas, sem inflação,

sem crise energética, sem instabilidade, num país rico e sem a carga fiscal que temos, decerto estaríamos todos de condições de votar favoravelmente a diminuição de taxas e a diminuição de impostos, mas a crua realidade impõe critérios de prudência, como refere o próprio primeiro ministro – António Costa, capaz de garantir não apenas a sustentabilidade económica do município, mas também a execução dos investimentos previstos e o reinvestimento de parte destas receitas em apoios sociais aos mais desfavorecidos. 7 - Sempre compartilhámos o rigor da gestão e das contas dos executivos liderados por Helena Teodósio, razão pela qual não compreendemos e discordamos da visão apresentada pela oposição, que sugeriu o recurso ao endividamento para suportar uma baixa de impostos, em contradição com as posições de alguns dos últimos anos, com a legalidade e com o princípio de equilíbrio orçamental. 8 - Assim, a bancada do PSD, vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para a participação do Município de Cantanhede no IRS a cobrar em 2023 e relativa aos rendimentos de 2022.”-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que o processo é idêntico ao processo do ano anterior, e, face à falta de pedidos de intervenção, colocou à votação o Ponto 6 - **«Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público**



num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da ordem de trabalhos tratam de propostas de atribuição de subsídios às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de valas e linhas de água da Freguesia»**, ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção do Estaleiro, 1.ª fase»**, ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do cemitério»**, ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»**, ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de um trator agrícola»**, ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival Pica no Chão»**, ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção do mercado das Sete Fontes»**, ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXII Edição da Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede»**, ao **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aquisição de um trator agrícola» e ao Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º semestre de 2022»;

----- Antes de entrar propriamente nos pontos em análise, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou estar em condições de responder a uma questão colocada pelo Sr. Abel Carapeto, relativamente à questão da ETAR de Outil. Informou assim que a INOVA comunicou por email que *"os Serviços desconhecem a existência de qualquer problema da ETAR de Outil. Poderão estar a referir-se ao problema que ocorreu na estação elevatória de Vila Nova, na Rua da Fonte, que deixou de funcionar por disparo elétrico no quadro da EDP e descarregou para a vala. Este problema foi imediatamente resolvido logo que foi detetado pelos Serviços"*, contudo foram de imediato ao local, onde verificaram que *"não havia nada a referir relativamente a essa questão"*.

----- Passando aos subsídios destinados às Juntas de Freguesia, informou que se trata de: - Um subsídio para a freguesia de Ançã no valor de 10.000,00€, para a limpeza de valas e linhas de água na freguesia - Outro subsídio para a freguesia de Ançã, no valor de 14.850,00 €, destinado à Construção do seu Estaleiro, correspondente a 30% do montante de 49.500,00€ já pagos pela Junta; - Ainda uma atribuição de subsídio para a freguesia de Ançã, no valor de 12.500,00€ para a requalificação do cemitério que está calculado em 41.500,0€, correspondendo também aos 30%; - Atribuição de um subsídio à freguesia de Cordinha, no valor de

1.350,00€, para participar na realização da Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã; - Também um subsídio à freguesia da Cordinhã, no valor de 15.763,50€, para participar na aquisição de um trator agrícola no valor de 52.545,00€; - Um subsídio à Freguesia de Febres, no valor de 1.350,00€, para participar na realização do Festival Pica no Chão; - Um subsídio à freguesia de Ourentã, no valor de 23.331,85 €, destinado à construção do mercado das Sete Fontes; - Um subsídio à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, no valor de 1.350,00€ para participar na realização da edição do Tapas e Papas ; - Ainda à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, um subsídio no valor de 50.915,00€, destinado a participar a aquisição de um trator agrícola.-----

----- Interveio o Sr. Carlos Fernandes, sugerindo que todos os pontos fossem votados em conjunto, para agilizar o funcionamento da Assembleia, ao que o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, anuiu. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foram colocados à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de valas e linhas de água da Freguesia»,** o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção do Estaleiro, 1.ª fase»,** o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do cemitério»,** o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»,** o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de um trator agrícola»,** o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Febres / Festival Pica no Chão», o Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção do mercado das Sete Fontes», o Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXII Edição da Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede», e o Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aquisição de um trator agrícola», tendo os mesmos sidos aprovados por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, passou de seguida ao Ponto 16– «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º semestre de 2022»;

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que não iria fazer comentários sobre o assunto, uma vez que os Sr.s Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias tiveram a oportunidade de estar na reunião com a ARS e ouviram o que foi dito. Recordou que, o que se falou naquela reunião, foi perfeitamente claro, tendo também sido solicitado aos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia um relatório relativamente ao uso e frequência daqueles postos de enfermagem. Informou, finalmente, que, uma vez que a ARS continua sem assinar o protocolo, devem ser pagos os seguintes valores: - Á freguesia de Cordinhã 1.626,66€; - Á freguesia de Ourentã 1.655,58€; - Á freguesia de Sanguinheira 1.251,78€; - Á União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça 1.547,90€; - Á União das Freguesias de



Covões e Camarneira 1.147,47€; - À União das Freguesias de Portunhos e Outil 2.692,00€. Concluiu ser claro que a Câmara continua a apoiar as freguesias na manutenção daqueles postos, por se tratar de um serviço importante para as populações, no entanto considerou incomportável continuar com a situação, sem um protocolo assinado.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação o **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º semestre de 2022»**, o qual foi aprovado por maioria, com 33 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, passou de seguida ao **Ponto 17 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de doação às Freguesias de 10 agulhetas Víper Mod. SG-540 c/storz D25 / Kit de 1.ª intervenção de combate a incêndios rurais»**:-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara solicitou que fosse o Sr. Vereador em regime de permanência, Adérito Machado, a explicar o assunto em causa, ao que o Sr. Presidente da Mesa anuiu, passando-lhe a palavra.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Vereador Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, no fundo é mais uma questão de atitude do que de valor, uma vez que as dez agulhetas que foram adquiridas somaram 2.839,90€. Informou, de seguida tratar-se de um material técnico em que os Sr.s Presidentes de Junta pouco dominam, para os Kits de 1ª intervenção que foram oferecidas às Juntas de Freguesia de Febres, Covões e Camarneira,

Cadima, Ançã, Portunhos e Outil, Sanguinheira, Vilamar e Corticeiro de Cima, Murtede, Ourentã e Cordinhã. Acrescentou que a Proteção Civil adquiriu as dez agulhetas a um preço mais acessível, mas que têm uma utilidade muito interessante porque, aumenta a pulverização, fazendo com que baixe a temperatura e se consiga apagar uma área muito maior de fogo, com muito menos água. Informou ainda que as freguesias só têm 1000 litros de água ao dispor e que, com as agulhetas que existiam, havia um desperdício de água e muito pouca eficácia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se as agulhetas já foram entregues e se já tinha sido providenciada alguma formação nas freguesias para a utilização das mesmas.-----

----- Respondeu o Sr. Vereador, Adérito Machado que todos os elementos das freguesias tiveram formação geral, pois a nova agulheta é semelhante às anteriores, mas faz uma pulverização muito maior.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, perante o facto de ter sido um subsídio em géneros de quase 3.000,00€, questionou os Sr.s Presidentes de Junta sobre a eficácia do material, se valeu a pena o investimento, se as equipas estão feitas e se está a funcionar.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das União as Freguesias de Covões e Corticeiro, Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou o equipamento que foi cedido às Freguesias para apagar incêndios é muito importante para a primeira intervenção e que a agulheta funciona e bem.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Carlos Gregório, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que a Freguesia de Cadima tem equipa constituída por 4 pessoas permanentes e alguns voluntários que poderão dar apoio quando for necessário. Acrescentou terem experimentado o equipamento,

já terem tido formação por duas vezes no quartel dos Bombeiros e que a nova agulheta e as anteriores funcionam bem.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Licínio Patarra, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou ainda não ter sido necessário utilizar o kit na prática, embora tenham saído duas vezes para uma intervenção. No entanto, já o ensaiaram duas ou três vezes e também tiveram formação nos Bombeiros.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que também ainda não teve necessidade de utilizar o equipamento. Referiu de seguida que a aquisição da nova agulheta foi fruto da formação que tiveram nos Bombeiros, onde todos a experimentaram e perceberam a grande diferença para a que tinham, pois é muito mais funcional. -----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que o kit de 1.ª intervenção de Febres não estava operacional aquando da tomada de posse da Junta de Freguesia, mas a equipa já está formada com 3 efetivos e alguns voluntários. Acrescentou já terem experimentado a agulheta e que tiveram formação no quartel dos Bombeiros através da Proteção Civil do Município. Referiu ainda que a nova agulheta realmente vem dar resposta às dificuldades que existiam porque, efetivamente, tem uma maior dispersão, é muito mais fácil e gasta menos água, apesar de ainda não ter sido necessária em Febres. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vítor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que a equipa é formada por funcionárias da Junta que tiveram formação nos

Bombeiros, que a agulheta funciona e que na sua União de Freguesias, como não houve incêndios, não foi necessário atuar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual o qual referiu que as Juntas de Freguesia têm que atuar cada vez mais em matéria de proteção civil, não apenas na questão dos incêndios florestais, mas em todo um conjunto de outras circunstâncias, seja na desobstrução de vias, pequenas inundações e até no apoio a acidentes rodoviários. Nesse sentido, sugeriu que se fizesse um levantamento das realidades práticas com que as Juntas se têm defrontado, ao nível da atuação e da formação, porque pode-se dar o caso de determinadas Juntas, pela proximidade a Cantanhede, necessitem de ajudarem os Bombeiros com material de sinalização de trânsito ou de motosserras ou de material para desobstruir pequenas inundações. Acrescentou que, perante a heterogeneidade do território, também muito vasto, poderá haver necessidade de se fazer ajustes em função das necessidades de cada Junta. De seguida referiu, relativamente às inspeções que a INOVA, conjuntamente com os Bombeiros, tem estado a fazer às bocas de incêndio, apesar de não resolver tudo, porque o comportamento em sobrecarga é muito diferente do comportamento em baixa, é uma medida positiva e que poderá precaver futuros problemas no verão, sobretudo com a ocorrência de incêndios, sejam eles rurais ou urbanos.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Sérgio Maia, o qual, informou ainda não ter experimentado a agulheta, por não ter sido necessário, no entanto, o kit está pronto e anda sempre com os funcionários da Junta. Alertou de seguida para o facto de, como são todos voluntários, se houver algum acidente, qual será o seguro que os vai cobrir.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos

Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, com o Kit de 1.ª intervenção, foi duplicada a capacidade para 2000 litros de água, estando operacional e a equipa montada. Acrescentou que ainda não foi necessária a sua intervenção porque os Bombeiros chegaram primeiro a uma situação que ocorreu.---

----- O Sr. Presidente da Mesa concluiu então ser benéfico para as Juntas de Freguesia disporem do kit de 1ª intervenção por se tratar de um instrumento que permite combater mais rapidamente os fogos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de doação às Freguesias de 10 agulhetas Viper Mod. SG-540 c/storz D25 / Kit de 1.ª intervenção de combate a incêndios rurais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da ordem de trabalhos tratam de propostas de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados, à semelhança do que já foi feito na presente sessão.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2022 / Licença de espetáculos com música ao vivo e licença especial de ruído»**, ao **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / 7.ª edição da Mostra Gastronómica “Pica no Chão” / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído»**, ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj´s e licença especial de ruído»**, ao **Ponto**

21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / XIV Mostra Gastronómica e Cultural da Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído e licença de evento desportivo», ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos com animação musical com música gravada e Ranchos Folclóricos e, licença especial de ruído», ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Emissão de certidões de dispensa de autorização de utilização – Bairro Nascente na Póvoa da Lomba» e ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Tocha / Emissão de certidão de destaque».

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 18 é relativo à isenção de taxas devidas pela emissão da licença de espetáculos com música ao vivo e licença especial de ruído, à freguesia de Ançã, para o Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2022, no valor de 94,00€; - O ponto n.º 19 é relativo à isenção das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído e música ao vivo para a Mostra Gastronómica de Pica no Chão, à freguesia de Febres, no valor de 94,00€; - O ponto 20 é relativo à isenção das taxas pela emissão da Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's e licença especial de ruído, para do Sunset Fontes, à freguesia de Ourentã, no valor de 54,16€; O ponto 21 é relativo à isenção de taxas devidas pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído e licença para prova desportiva, para a XIV Mostra Gastronómica e Cultural da Freguesia da Sanguinheira, à freguesia da



Sanguinheira, no valor de 111,90€; - O ponto 22 é relativo à isenção das taxas devidas pela emissão da Licença de espetáculos com animação musical com música gravada e Ranchos Folclóricos e, licença especial de ruído, para a semana cultural de São Caetano, à freguesia de São Caetano, no valor de 123,84€; - O ponto 23 é relativo à isenção das taxas devidas pela emissão de certidões de dispensa de autorização de utilização do Bairro do Nascente, na Póvoa da Lomba, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, no valor total de 330,99€; - O ponto 24 é relativo à isenção das taxas devidas pela emissão de uma certidão de destaque, à freguesia da Tocha, no valor de 261,63 €.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos Jesus, o qual, relativamente às atividades culturais e recreativas de pequena dimensão que as associações e as Juntas de Freguesia vão promovendo, e às quais a Câmara se associa, isentando as taxas, saudou as freguesias e todos os que não abdicam de promover as suas atividades culturais e recreativas para manter as suas tradições, os seus vestígios, a sua energia e também o Executivo camarário por se associar de várias formas a esses eventos.

----- Não havendo mas pedidos de intervenção foram colocados à votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2022 / Licença de espetáculos com música ao vivo e licença especial de ruído», o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / 7.ª edição da Mostra Gastronómica “Pica no Chão” / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído», o Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's e**

licença especial de ruído», o Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / XIV Mostra Gastronómica e Cultural da Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos com música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído e licença de evento desportivo», o Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos com animação musical com música gravada e Ranchos Folclóricos e, licença especial de ruído», o Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Emissão de certidões de dispensa de autorização de utilização – Bairro Nascente na Póvoa da Lomba» e o Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Tocha / Emissão de certidão de destaque», tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 25 - «Reporte da execução financeira dos Contratos-Programa celebrados com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, relativos ao ano de 2021»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que os órgãos Executivo e Deliberativo do Município aprovaram, respetivamente, em 10 de novembro e 28 de dezembro de 2020, os contratos-programa a celebrar com a INOVA para o ano de 2021. Informou, de seguida que, os contratos respeitantes aos Transportes Urbanos de Passageiros, à Limpeza Urbana, ao Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico, Espaços Verdes e à Quinta Biológica, obtiveram do Tribunal de Contas, a 12 de março de 2021, em sessão diária de visto a seguinte decisão: "*em sessão diária de visto e considerando*

o disposto na alínea h do n.º 1 do artigo n.º 47, que depois foi editado também, passou a isentar a fiscalização prévia os contratos-programa ora em apreço celebrados entre a autarquia local e a empresa municipal e decide-se que os presentes contratos-programa não se encontram sujeitos a visto prévio, contudo, nos termos da cláusula oitava dos referidos contratos-programa, a INOVA obriga-se a apresentar um relatório anual que compare os rendimentos e gastos efetivamente ocorridos com aqueles que serviram de base ao cálculo dos montantes a receber por cada contrato-programa".

Informou ainda que, relativamente aos Transportes Urbanos de Passageiros houve um desvio positivo de 315,00€, ao Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico, Espaços Verdes, um desvio positivo de 9.322,00€, à Limpeza Urbana um desvio negativo de 7.451,00€ e à Quinta Agrícola Biológica um desvio positivo de 1.623,00€. Finalmente, informou que o incremento dos gastos, deveu-se essencialmente ao incremento das despesas com pessoal, às atualizações remuneratórias e ao aumento dos fornecimentos e serviços externos, sendo a informação prestada para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adendas aos Acordos de Delegação de Competências com os Agrupamentos de Escolas Gândara Mar, Lima de Faria e Marquês de Marialva»:-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, na última reunião havida com a Sr.ª Ministra da Coesão e com o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, foi feito o alerta da importância que os Municípios têm que ter relativamente às reuniões das comissões de acompanhamento em tudo o que envolve as competências, porque os desfasamentos dos valores devem ser discutidos nessas comissões de

acompanhamento e depois serem remetidos à entidade respectiva. Como consequência, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, detentor do pelouro, reuniu com os Agrupamentos e fez o balanço e a avaliação do impacto financeiro das delegações de competências na área da educação, verificando essencialmente discrepâncias nas questões relativas com: - O pessoal não docente, que volvidos 5 meses, tem um défice que ascende a 41.782,56€; - Nas refeições escolares, pelo valor do concurso público adjudicado as refeições unitárias ascendiam a 3,10€ mais IVA no pré-escolar e a 2,93€ mais IVA no ensino básico no refeitório da Escola Marquês de Marialva, quando as refeições escolares do 2.º ciclo e 3.º ciclo do Ensino Básico reportavam ao valor de 1,66€ em 2018, sendo o valor da transferência francamente insuficiente face à despesa atual; - Ao nível da atividade de enriquecimento curricular, vulgo AEC's, do 1º ciclo do Ensino Básico, foram também destacadas as verbas previstas da IGF que eram de 88.043,45€ sendo a despesa prevista para 2022/2023 de 152.700,00€; - O impacto no transporte de crianças com necessidades educativas especiais que exige um tipo de transporte especial, carros ou carrinhas que tenham condições para levar, por exemplo, uma cadeira de rodas, o valor previsto era de 29.424,52€ e já vai em 72.293,88€; - O leite escolar, terá no ano letivo de 2022/2023, uma despesa estimada de 70.992,00€, sendo o valor a transferir da IGF de 29.424,52€. Concluiu que, após essa reunião feita com a Comissão de Acompanhamento, foram elencados todos aqueles desfasamentos, passados 5 meses de transferências, que foram remetidos à entidade que tutela, para que sejam analisadas e corrigidas as transferências. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra ao S. Rogério Marques, referindo que, com a delegação de competências, o Município teve mais preocupações com o arranque do ano letivo, sendo necessário acautelar o transporte

das crianças e jovens estudantes, em particular as do ensino especial, os recursos humanos de pessoal não docente, as refeições e as atividades de enriquecimento curricular. Referiu que, de facto, como o Sr. Ministro da Educação dizia, o processo de transferência de competências na área da educação está a correr bem, com tranquilidade e serenidade, sendo apenas possível porque os municípios estão a substituir a falta de planeamento da tutela e a falta do necessário financiamento. Acrescentou que, o Ministro da Educação admitiu que em junho ainda estavam a ser elaboradas as portarias previstas na legislação, destinadas ao apuramento dos valores a transferir para a conservação e manutenção dos equipamentos e para a área dos transportes escolares. Também a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, afirmou ainda que o objetivo da descentralização é ser feita sem acrescentar custos ao processo para os municípios e com ganhos para quem vai depois utilizar aqueles serviços. Concluiu que, mais uma vez, se nota a falta de financiamento necessária na área da educação e que se espera que o Município seja ressarcido das despesas que comprovadamente venha a apresentar junto da tutela.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adendas aos Acordos de Delegação de Competências com os Agrupamentos de Escolas Gândara Mar, Lima de Faria e Marquês de Marialva»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 27 – «Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para a “Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, na Cidade de Cantanhede”**»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da

Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o bar em causa se encontra concessionado nas condições que tinham sido aprovadas pela Assembleia Municipal em 30/04/2019 por um período de 28 meses, à Sociedade Urban Clube Cantanhede, Unipessoal, sendo que a referida concessão termina a 14/01/2022, podendo ser prorrogada por mais um ano, até 14/01/2023, sendo conveniente proceder-se à abertura do novo procedimento. Recordou que a concessão que está a decorrer teve uma base de licitação de 300,00€ por mês, por 2 anos, tendo sido uma hasta pública muito renhida, pelo que o concessionário atual teve que ficar com um valor de concessão de 1800,00€/mês, contudo, por causa do COVID, esteve isento desse pagamento durante 21 meses. Relativamente ao lançamento da nova hasta pública, informou que havia opiniões de que o valor base deveria ser aumentado, no entanto, concluiu-se não ser a altura de o fazer, ficando a base em 400,00€/mês, com as condições semelhantes aos de anos anteriores e por 24 meses com a possibilidade de poder ser prorrogado por mais um ano, constando todas as condições da hasta pública no caderno de encargos e tendo sido nomeados para a Comissão da hasta pública, para Presidente, José Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Isabel Cruz, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e Catarina Façanha. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 – «Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para a “Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, na Cidade de Cantanhede”»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 28 - «Proposta de opção de compra /**

Contrato de Locação Financeiro Imobiliária / Parque Desportivo de Cantanhede / Caixa Geral de Depósitos, S.A.»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o assunto está relacionado com uma deliberação camarária, datada de 2006, decorrente da qual foi feito, através da Caixa Leasing e Factoring, Instituição de Crédito SA, um financiamento para a compra de terrenos e para a construção da primeira fase do Parque Desportivo. Esclareceu que o mesmo correspondia a um contrato de 180 rendas mensais, com um investimento de 3.320.877,00€, sendo 1.300.000,00€ para a compra do terreno e 2.020.877,00€ para a construção. Finalmente, informou que Caixa Leasing informou em 05/07/2022, que o contrato de locação financeira e imobiliária terminou a 01/07/2022 sendo necessário que o Município manifeste, se pretende exercer o direito de opção de compra pelo valor residual de 166.043,85€.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 - «Proposta de opção de compra / Contrato de Locação Financeiro Imobiliária / Parque Desportivo de Cantanhede / Caixa Geral de Depósitos, S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 29 - «Relatório do auditor Externo sobre a informação Económica e Financeira do 1.º semestre de 2022 / Para conhecimento»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ser o primeiro relatório da empresa Sebastião & Santos, Associados, Lda, novo auditor externo, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho, do qual não resulta a existência de situações anómalas a reportar e evidencia aspetos relevantes ligados à gestão financeira do Município,

permite ainda aferir o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e que os fundos disponíveis foram sempre positivos durante todos os meses do primeiro semestre 2022. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou a alteração em causa decorre de duas situações, sendo a primeira, da necessidade de criação de novas rubricas decorrentes dos novos planos de Urbanização da Praia da Tocha e do Plano de Urbanização de Cantanhede, porque quando se propõe a criação de algumas zonas urbanizáveis para passarem a urbanas, com a nova legislação, é necessário mostrar evidências de que essas zonas virão a ser zonas infraestruturadas, sob pena da CCDRC as chumbar. Acrescentou que o Município tem de demonstrar que, para expandir a zona urbana, tem de ter programado, nas grandes opções do plano, durante 10 anos, intervenções ao nível de água, de saneamento e das vias, devendo estar tudo projetado. Elucidou que tal vai acontecer na cidade e também na Praia da Tocha, do lado esquerdo e do lado direito, sendo necessário criar novas rubricas no orçamento e explaná-las para os planos plurianuais, relacionadas com estudos de projetos e consultadoria, construção de acessibilidades para acessos habitacionais no âmbito de uma candidatura, execução de infraestruturas urbanísticas para o Plano de Urbanização da Praia da Tocha, renomeação da rubrica que tinha outras infraestruturas no âmbito do PDM e execução de infraestruturas urbanísticas no Plano de Urbanização de Cantanhede. Informou de seguida que, a segunda necessidade, teve a ver com o



reforço do valor na plurianualidade, relacionado com as obras que podem ser candidatas, mas ainda não abriu o aviso, havendo necessidade de deslocalizar as verbas para os anos seguintes, como é o caso da beneficiação da Escola Lima de Faria, da aquisição e reparação de equipamento básico para serviços da cultura, da construção do museu Mário Silva, dos terrenos para as Zonas Industriais e Parque Tecnológico, da execução de Infraestruturas urbanísticas para o Plano de Urbanização da Praia da Tocha e da execução de Infraestruturas urbanísticas para o Plano de Urbanização de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou se o facto de ter ocorrido cortes na despesa, significa que houve verbas que não chegaram.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que apenas se estão a desviar as verbas para os anos seguintes, uma vez que, a candidatura não abriu mais vai abrir, conforme indicação da CCDRC ainda no corrente ano.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitado a palavra as Sr.s Fátima Sousa, Maria Neto, Graça Ferreira e Margarida, as quais

questionaram sobre o que pretende o Município fazer relativamente aos animais errantes existentes na cidade, sobre a possibilidade de os poder esterilizar e devolver ao seu ambiente e ainda sobre a recolha desses animais e sobre os horários do Canil Municipal. Entrevieram sobre o assunto, prestando as devidas informações, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. Vereador Adérito Machado e o Sr. Presidente da Mesa, João Moura.-----

----- Finalmente, sendo 19h17 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária:

Handwritten signatures in blue ink. The top signature is for the President, the middle for the First Secretary, and the bottom for the Second Secretary.